



TABU DA SOCIEDADE

Dentre os tabus que permeiam a sociedade durante as últimas décadas, o aborto está ganhando cada vez mais espaço nas discussões sociais e políticas, ainda mais em ano de eleição, como é o de 2018. A sua descriminalização é algo necessário e uma reforma do Código Penal é inevitável.

Conforme pesquisas sobre o aborto, no Brasil, a grande mortalidade anda lado a lado com as tentativas falhas do mesmo. Segundo o Datasus (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde). A descriminalização para realizar procedimentos seguros em hospitais seria o ideal. Como se pode observar em Portugal, onde dados e pesquisas realizadas mostraram a quase anulação do índice de mortalidade de mulheres devido à interrupção voluntária da gravidez.

Também é importante enfatizar os direitos das mulheres para realizar tal escolha, sua autonomia quando se trata do seu próprio corpo e de sua integridade física e mental. Deve-se priorizar a vida da mãe e sua decisão, pois a criminalização do aborto viola os direitos fundamentais da mulher e da vida, quando a mesma tem chances reais de vir a óbito, e o artigo 5º da Constituição garante esse direito a todos. Ademais, a disparidade financeira entre as grávidas é algo que reflete nos resultados das tentativas de aborto: as mulheres com melhores condições recebem apoio médico de melhor qualidade e muito mais seguro, totalmente ao contrário das gestantes pobres, que sofrem e em alguns casos vêm a óbito. Com a descriminalização, todas terão direito a um atendimento decente e seguro pelo SUS, assim ajudando em um contexto de igualdade entre todas.

Conclui-se que as medidas para a descriminalização do aborto devem ser concretizadas, visto o número de procedimentos ilegais que acabaram mal e também visando os direitos fundamentais da mulher e da vida. Para isso, o STF deveria abrir mais uma sessão, com profissionais da área e outras pessoas dotadas de conhecimento sobre o assunto, para receberem pesquisas e dados médicos e, com a adoção de campanhas sobre o aborto na mídia, além de expor o assunto aos alunos nas fases finais das escolas e comunidade em geral, para a abertura de pensamento de todos, gradativamente para uma futura pressão social no poder Executivo, Judiciário e Legislativo. Dessa maneira, a reunião pode servir de base para o STF, junto com os três poderes, realizarem a reforma do Código Penal para a descriminalização do aborto no Brasil.

Matheus Passold Carelli
3º ano / Itapema
2018